

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA A REELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE: REFLECTIONS ON DEMOCRATIC AND PARTICIPATIVE MANAGEMENT FOR THE REVELOPMENT OF PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECTS OF BASIC EDUCATION INSTITUTIONS

Adiles Lima¹

Caroline Kern²

RESUMO: Este artigo traz reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa qualitativa de cunho documental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desde sua homologação aos desdobramentos para o processo de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de educação. Foram analisados os documentos da BNCC e o “Guia para os gestores: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos”, documento produzido pelo “Movimento Pela Base”. A análise documental e os dados coletados na pesquisa revelam um elevado contexto de mudanças na área das políticas públicas brasileiras e mundiais. Em breve análise de discurso bakhtiniana observa-se o uso de enunciados dirigidos à responsabilização dos gestores sobre as garantias de uma educação de qualidade e a exclusão do termo: “político”, dos projetos pedagógicos a ser elaborados nas instituições de educação. Evidencia-se, portanto, a necessidade de participação da comunidade escolar nas decisões que orientem os rumos dados à educação, a fim de que haja uma quebra de paradigma, no sentido de viabilizar a efetiva gestão democrática na escola.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Gestão democrática e participativa; Projeto Político Pedagógico.

¹ Pós-Graduada do Curso de Especialização Lato Sensu em Fundamentos e Organização Curricular na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC/FUNDES. Graduada em Pedagogia. Coordenadora Pedagógica da rede municipal de ensino de Siderópolis/SC. Área de interesse: Planejamento Educacional, Políticas Públicas na Educação, Práticas Pedagógicas. Contato: adileslima.cursos@gmail.com.

² Pedagoga com habilitação em Orientação Educacional e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UDESC). Mestre em Educação (UFSC). Doutora em Educação (UFSC). Coordenadora do Curso de Pedagogia Núcleo de Educação a Distância - Florianópolis/SC. Centro Universitário Estácio de Santa Catarina. Área de interesse: Educação Especial, Educação Inclusiva, Educação Prisional. Contato: kernckern@gmail.com

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

ABSTRACT: This article brings reflections developed from qualitative research of documentary nature on the Common National Curriculum Base (BNCC) since its homologation to the developments for the process of re-elaboration of Pedagogical Political Projects of educational institutions. BNCC documents and the “Guide for managers: guidelines for continuing education and revision of the Pedagogical Project in the light of new curricula” were analyzed, a document produced by “Movimento Pela Base”. The documental analysis and the data collected in the research reveal a high context of changes in the area of Brazilian and world public policies. In a brief analysis of Bakhtinian discourse, the use of statements directed to the accountability of managers about the guarantees of quality education and the exclusion of the term: “political”, from the pedagogical projects to be elaborated in the educational institutions is observed. It is evident, therefore, the need for the school community to participate in decisions that guide the direction given to education, so that there is a paradigm break, in order to make effective democratic management at school possible.

Keywords: Common National Curricular Base; Democratic and participative management; Pedagogical Political Project.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, seguindo a linha temporal do Ministério da Educação, foi elaborada nos últimos cinco anos, atendendo ao que definem os preceitos da legislação nacional. O artigo 210 da Constituição Federal aponta que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) estipula que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996).

No ano de 2014, a Lei nº 13.005 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reafirma a importância de

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Respalhada por este ordenamento legal, a BNCC teve sua Base Nacional Comum Curricular destinada à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologada no ano de 2017. Posteriormente a versão destinada ao Ensino Médio no ano de 2018, atingindo assim toda a Educação Básica. Mendonça Filho, ministro da educação na época, ressalta na apresentação do documento de 2017 que:

[...] este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (BRASIL, 2019, p. 5).

A partir da sua homologação, a BNCC desencadeou um amplo processo de discussão, questionando as mudanças que este documento iria trazer para o cotidiano de todo o sistema educacional brasileiro, tendo em vista ser mandatório³. Nesta mesma direção, a Portaria nº 1.570, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2017 reitera:

Art. 5º A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construírem ou revisarem os seus currículos. §1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.

Art. 6º As propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, **devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB** (BRASIL, 2017) (grifos nossos).

³ A BNCC passa a servir de referência obrigatória para a construção dos currículos de estados, municípios e escolas de todo o território nacional.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

No mesmo documento, o ministro Mendonça filho, ressalta a função da Base Nacional Comum Curricular: “Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas [...]” (BRASIL, 2017).

Com as referências apontadas percebeu-se, como encaminha esta portaria, que se torna necessário que todas as escolas da Educação Básica do Brasil tomem a BNCC como uma referência para a adequação de seus Projetos Pedagógicos. Nesta esteira, desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de refletir a cerca do processo de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de educação básica à luz da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O estudo foi configurado como de base qualitativa por compreender que a realidade educacional é socialmente constituída e que, por esse motivo, não pode ser entendida e expressa apenas por meio de estudos quantitativos (AUGUSTO; SOUZAI; DELLAGNELO; CARIO, 2013).

Creswel (2007, p. 186) destaca o fato de que na pesquisa qualitativa “[...] a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

Quanto ao método de coleta de dados, foi realizada análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e do “Guia para gestores: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos”, este último por constituir-se como texto elaborado pelo “Movimento pela Base” que orienta como adequar as Propostas Pedagógicas à BNCC. A análise documental constitui uma fonte importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras estratégias, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Em relação aos textos selecionados, partimos do pressuposto, como destaca Chizzoti (*apud* Franco; Almeida; Cappelle, 2016, p. 1198), “[...] um texto contém sentidos e significados, explícitos ou não, a partir dos quais [...] pode construir sua interpretação ao lançar mão de certas técnicas apropriadas”. O diálogo em torno dos documentos é efetuado

com alguns elementos da análise de discurso bakhtiniana, que podem auxiliar na compreensão dos significados e sentidos de políticas como a BNCC no cotidiano das instituições de ensino.

Reconhecendo a BNCC, como argumentam Corrêa e Morgado (2018, p. 3), “[...] como instrumento de política educacional, que consubstancia um projeto de nação, estando em jogo disputas, referências e ideologias [...]”, este artigo procura contribuir para esse debate, em particular a reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Neste processo, iniciamos este artigo caracterizando o contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC em termos jurídicos, políticos e discursivos; para em seguida analisarmos a concepção de planejamento presente no “Guia para gestores: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos”, documento produzido pelo “Movimento Pela Base”. Analisamos também os usos e sentidos da utilização da terminologia “Proposta Pedagógica” na Base Nacional Comum Curricular, confrontado ao termo “Projeto Político Pedagógico”. Finalizamos apontando algumas estratégias necessárias para a avaliação e reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de educação, considerando a necessidade de construção coletiva dos documentos para estes diferentes espaços de educação.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Em um contexto de mudanças políticas no país e por consequência de constantes alterações de ministros e suas equipes, o Ministério da Educação (MEC) realizou o I Seminário Interinstitucional e instituiu em 2015, a partir da publicação da Portaria nº 592, a Comissão de Especialistas para a elaboração da BNCC.

Neste processo, o texto da BNCC teve três diferentes versões, que foram submetidas a consultas públicas, discutidas em audiências e seminários nas cinco regiões do Brasil⁴. A elaboração do documento, além da comissão Interinstitucional designada pelo Ministério da

⁴ Sobre esta questão é importante ressaltar que não se trata de um processo reconhecido como democrático e participativo, para muitos pesquisadores a consulta pública, por exemplo, não atendeu as necessidades de manifestação, diálogo e intervenção do documento que seriam necessários.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

Educação pela portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, contou com a participação de diferentes representantes, desde pesquisadores e professores de Universidades, profissionais da educação, assessoria internacional e “parcerias” com grupos de entidades privadas.

Como pontuam Corrêa e Morgado (2017, p. 6-7), “[...] A mais importante, ou melhor, a que teve maior influência foi o “Movimento pela Base Nacional Comum” (MBNC), que representa os interesses de empresas, fundações e instituições filantrópicas [...]”.

Segundo a página oficial, no *link* destinado às dúvidas frequentes, perguntas gerais, criado em 2013, o Movimento pela Base

[...] é um grupo não governamental que reúne entidades, organizações e pessoas físicas, de diversos setores educacionais, que têm em comum a causa da Base Nacional Comum Curricular. O Movimento pela Base acredita que a BNCC, assim como outras políticas públicas e estratégias, é essencial para melhorar a equidade e a qualidade da Educação do país.⁵

Uma questão que intriga é quanto à assinatura de cada versão da BNCC. Em 2015 a primeira versão e em 2016 a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular foram assinados pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Já a terceira versão (2018) apresenta o “apoio” do Movimento pela Base, diferente das outras duas versões.

Referindo-se a este grupo de instituições, Cariello (2019) considera a atuação do Movimento pela Base como um braço do Movimento Todos pela Educação responsável por implementar a BNCC. Esta ação foi desencadeada tendo em vista a importância do currículo na construção desse projeto educacional arquitetado por esses dois grupos.

São entidades parceiras do Movimento pela Base, como pontuam Corrêa e Morgado (2017, p. 6),

Itaú – Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Fundação Lehmann e Todos pela Educação e Amigos da Escola. De entre os agentes privados despontou, com protagonismo, a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos controladores

⁵ Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em 4 de janeiro de 2020.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital (dono do Burger King, Americanas, Submarino, Shoptime e da Heinz.

Quanto à atuação, a mesma página do Movimento pela Base responde que seu papel

[...] é gerar insumos e evidências para qualificar o debate público sobre a causa, observar a qualidade dos processos de construção e implementação do documento, participar dos momentos coletivos de construção desta e de outras políticas correlatas, por meio de leituras críticas, audiências e consultas públicas, zelar pela qualidade e disseminar materiais e informações que apoiem redes e escolas a concretizarem a implementação com foco na aprendizagem dos alunos.

Desta forma, o Movimento pela Base tem lançando uma quantidade significativa de material em três plataformas de “[...] divulgação: o site oficial, um canal no *YouTube* e uma página no *Facebook*, que traz pequenas entrevistas e análises. A preocupação com a divulgação em redes sociais e interativas como o *YouTube* e o *Facebook*, demonstra uma contribuição para o debate em torno da BNCC, bem como a difusão de suas ideias nas mídias sociais” (CARIELLO, 2019, p. 11).

O site do Movimento pela Base orienta a construção e implementação da Base envolvendo cinco categorias

[...] (re)elaboração dos currículos das redes e projetos pedagógicos das escolas, formação continuada e inicial dos professores, revisão dos materiais didáticos e das avaliações externas. [...] o que possibilitará que a BNCC de fato seja concretizada em todas as salas de aula. Os estados, em regime de colaboração com os municípios, praticamente finalizaram (re)elaboração curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental (iniciada em 2018), e realizam (em 2019) a formação continuada dos professores e revisão dos PPPs.

Encontra-se no site oficial do Movimento pela Base, assim como nos sites das instituições que lhe apoiam (Abave, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED), materiais elaborados para os gestores com

orientações detalhadas e ferramentas de apoio por etapa, indicando como elaborar ou reelaborar os Projetos Pedagógicos ou Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Para efeito desta pesquisa, como já apontado, selecionou-se o “Guia para gestores escolares: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos”⁶, considerando a concepção de planejamento contida, por ser o material que trata especificamente de responder como revisar os Projetos Pedagógicos.

Este Guia para gestores descreve passo a passo como elaborar o Projeto Pedagógico, citando em sua apresentação

Querido gestor,

A partir de 2020 os professores devem começar a ser formados para o trabalho com os novos referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este Guia tem como objetivo oferecer orientações práticas para apoiá-lo a estruturar e implementar o processo de revisão do projeto pedagógico e uma formação continuada de qualidade na escola.

O conteúdo foi pensado e **construído de gestor escolar para gestor escolar, com base em documentos nacionais e internacionais de referência**, com atenção para a realidade e o dia a dia das escolas brasileiras. (grifos nossos)

Como aponta o documento, os professores estarão no centro da formação, o que pressupõe a participação ativa destes profissionais, por outro lado assume-se no discurso do referido material que foram construídos “de gestor para gestor”, mas e a participação efetiva dos professores não seria necessária? Como, objetivamente, professores participarão deste processo? Serão, os/as professores, executores do que foi pensado e construído “de gestor para gestor”?

Como ensina Bakhtin: a palavra se dirige, há um auditório social a quem a palavra se destina. Deste modo ao enunciar ao “Querido Gestor”, o uso de um elemento tão próximo e íntimo como Querido, e colocá-lo ao lado da função profissional daquele que receberá a “missão” de executar o trabalho, o Estado assume uma condição de cumplicidade com estes sujeitos, e ao mesmo tempo reivindica essa proximidade atribuindo um feito de extrema importância, para o qual, serão “os Queridos Gestores” os responsáveis por não decepcionar a sociedade que carece de educação de qualidade. Os professores nesta narrativa, serão

⁶ Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl_5df923f8969f1.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, n°2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

formados para compreender e seguir o documento, não há, pelo menos neste enunciado qualquer menção sobre uma participação ativa na definição da política educacional (BNCC) por parte dos/as professores.

Dando sequência, após a apresentação, o referido guia composto por treze páginas, contextualiza a importância do Projeto Pedagógico para a implantação dos novos currículos. A seguir define a estrutura do Projeto Pedagógico com os seguintes elementos: contextualização histórica e caracterização; diagnóstico de indicadores educacionais; missão, visão e princípios; fundamentação teórica e bases legais; por fim o plano de ação.

Um olhar mais atento à estrutura do Projeto Pedagógico proposto neste guia permite-nos perceber sua similaridade com as etapas do planejamento estratégico. Segundo Silva (2005, p. 2), nessa metodologia,

o planejamento se desenvolve a partir das seguintes fases: análise da situação interna e externa; diagnóstico ou identificação das questões mais importantes; definição de sua missão fundamental; articulação dos seus objetivos básicos; criação de uma visão do sucesso almejado; desenvolvimento de estratégias para alcançá-lo; elaboração de calendário para executar a estratégia; mensuração e avaliação dos resultados alcançados.

Parente Filho (2003), identifica a implementação da metodologia do planejamento estratégico no campo da educação pelo governo brasileiro, por exigência das agências internacionais, a partir da década de 90. Conceito trazido da atividade militar para o campo da administração e definida como “[...] um conjunto de objetivos e de políticas principais capazes de guiar e orientar o comportamento da empresa a longo prazo” (CHIAVENATO, 1994, p. 185). O Planejamento Estratégico é então,

[...] o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões; e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas (DRUCKER, 1998, p. 136).

A análise do Guia para gestores, elaborado pelo Movimento pela Base, permite verificar o tipo de lugar social requerido para o gestor escolar. Já na sua apresentação,

constata-se: “Você terá um papel fundamental: é o responsável por liderar a revisão do Projeto Pedagógico (PPP ou PP) e a formação continuada dos professores na escola, duas ações imprescindíveis para que os novos currículos cheguem às salas de aula e apoiem cada dia mais professores e alunos. [...] O conteúdo foi pensado e construído de gestor escolar para gestor escolar”. (s.d., p. 2). Ou seja, os gestores estão profundamente implicados pelo discurso oficial na propagação e implementação da BNCC, ainda que não esteja claro o grau de representatividade destes no momento de construção do documento, em especial se direcionado aos profissionais das instituições públicas.

Neste ponto é preciso retomar a questão da assinatura da BNCC, como identificado anteriormente, ao contrário do que ocorreu nas versões anteriores, o documento de 2018 é assinado pelos “apoiadores”, contudo o grau de representatividade destes é questionado por grande parte dos pesquisadores, como assinala Débora Barreiros (2017, p. 6):

O MEC tem argumentado sobre a importância do caráter colaborativo e destaca que as ações envolvem articulações como da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Conselho Nacional de Educação (CNE). Além do envolvimento dos diferentes fóruns e agências, o discurso assumido é de democratização, pelo caráter de “amplo movimento” requerido e estimulado para participação de professores e redes de ensino de todo Brasil, o MEC acredita que está construindo uma Base Nacional Comum Curricular de forma dialogada.

A nosso ver, o fato de se fazer uma consulta pública não garante um movimento de construção coletiva, visto que as ações de sujeitos possuem “pesos e medidas” distintos, tanto que a elaboração tem sido realizada por especialistas a quem são conferidas uma hegemonia, mesmo sendo esta provisória. Então, questionamos: quem são os sujeitos, as agências e o quanto de suas interlocuções são assumidos como parte do discurso e do texto da política em análise? O que garante que as contribuições serão tomadas como elemento estruturante do documento? Quais os sujeitos que participam, suas demandas e suas intencionalidades? Como as diferentes demandas são instituídas como parte da negociação e das disputas sobre o que ensinar na Educação Básica?

Assim, como sustentam Corrêa e Morgado (2017, p. 5) “O discurso pedagógico, entendido como conjunto de regras e mecanismos de poder, [...] vai-se constituindo e ganhando novas vozes, quer através dos grupos privados que articularam e financiaram a construção da BNCC, quer através de palestras, viagens e consultorias com agências internacionais”.

Buscando analisar o discurso pedagógico, este artigo se vale deste corpus documental constituído em que procuramos compreender os usos e sentidos da terminologia utilizada na Base Nacional Comum Curricular, “Proposta Pedagógica”. Encontramos na Base Nacional Comum Curricular (2018), uma terminologia empregada com o mesmo sentido, como sinônimos: Projeto Pedagógico (p. 405) Propostas Curriculares (páginas 226, 233 e 437) e Propostas Pedagógicas (páginas 5, 8, 15, 17, 19, 32, 36, 59, 197, 275, 468, 475, 476, 485, 530 e 542). Nesse sentido, a BNCC cita o termo “Projeto Pedagógico” apenas uma vez, na Área de Ciências Humanas Componente Curricular de História

Convém observar que é pressuposto dos objetos de conhecimento, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, analisar como o sujeito se aprimorou na pólis, tanto do ponto de vista político quanto ético. Entretanto, **respondendo aos desafios contemporâneos marcados por grandes movimentos populacionais e pela globalização, considerou-se uma nova dimensão para o projeto pedagógico** (2018, p. 405) (grifos nossos).

Assim localizamos, por exemplo, o termo “Propostas Curriculares” duas vezes na Área de Linguagens, componente curricular Educação Física,

Além disso, **para aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e Propostas Curriculares**, tendo em vista a adequação às realidades locais, as habilidades de Educação Física para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais estão sendo propostas na BNCC organizadas em dois blocos (1º e 2º anos; 3º ao 5º ano) e se referem aos seguintes objetos de conhecimento em cada unidade temática [...] (2018, p. 224).

Nesse contexto, e **para aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e Propostas Curriculares**, tendo em vista a adequação às realidades locais, as habilidades de Educação Física para o Ensino Fundamental – Anos Finais, assim como no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, estão sendo propostas na BNCC organizadas em dois blocos (6º e 7º anos; 8º e 9º anos) e se referem aos seguintes objetos de conhecimento, em cada unidade temática [...] (2018, p. 231) (grifos nossos).

Já o termo “Propostas Pedagógicas” localizamos dezesseis vezes, por exemplo, na apresentação e na introdução da BNCC respectivamente:

Concluída após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil, o texto referente ao Ensino Médio possibilitará dar sequência ao trabalho de adequação dos currículos regionais e das **Propostas Pedagógicas das escolas públicas e**

particulares brasileiras iniciado quando da homologação da etapa até o 9º ano do Ensino Fundamental (2018, p. 5).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das **Propostas Pedagógicas das instituições escolares**, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (2018, p. 8) (grifos nossos).

Ao destacar a quantidade de vezes, e o modo como a BNCC denomina o Projeto Político Pedagógico, pretende-se chamar atenção para o grau de importância que foi atribuído ao documento orientador de todas as ações desenvolvidas nas instituições educacionais no país. Afinal, sabe-se que o PPP desde a promulgação da LDBEN em 1996 tornou-se o eixo norteador do trabalho pedagógico nas escolas. Capacitações, seminários, encontros, reuniões de planejamento fizeram parte do cotidiano da grande maioria das escolas, especialmente para que todos e todas compreendessem a necessidade de participação da comunidade escolar com vistas à gestão democrática deste espaço. Por isso, verificar como foi denominado e quanto representou em termos de enunciado, torna-se profundamente significativo e revelador dos objetivos da política pública em questão.

Para Bakhtin (2009, p.42) (...) nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”, portanto, é necessária atenção as alterações de nomenclatura, pois já não são apenas a exclusão de um termo qualquer, mas há nessa omissão, um conteúdo eminente e revelador dos signos ideológicos desta comunicação social. Quais contra-palavras e réplicas serão possíveis a partir deste enunciado? Como os “Queridos Gestores”, os professores, as famílias responsáveis pela implementação do PPP farão a supressão da palavra “político” sem suprimir o conteúdo ideológico que orbita em tal proposta? Não se trata apenas de repetir o modo como o Projeto Pedagógico é referido na legislação, mas de assumir uma posição política-pedagógica frente ao projeto de educação da instituição.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Chama a atenção a

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

terminologia utilizada na Base Nacional Comum Curricular, “Proposta Pedagógica” ou “Projeto Pedagógico” afirmando que ambos “[...] relacionam-se à organização do trabalho pedagógico da escola [...].

Da mesma forma, para compreender os usos e sentidos da terminologia utilizada na Base Nacional Comum Curricular: Proposta Pedagógica, optamos pelo termo “Projeto Político Pedagógico”, pois “[...] este aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente” por toda a comunidade escolar. Caberia, então, questionar: qual o significado e o sentido da exclusão do termo Político na BNCC?

CONSIDERAÇÕES PARA A REELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

É típico do ser humano, a partir da realidade, projetar uma finalidade, esboçar o plano de ação e agir de acordo com ele, influenciando, determinando, transformando. Assim, projetar significa querer mudar a realidade numa direção escolhida, a constituição de identidade e a conquista de autonomia.

Projetar as ações em uma unidade escolar com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico de uma instituição, ele é, portanto a materialização deste processo, por isto representa mais do que um documento burocrático. Como afirma Celso Vasconcellos (2000, p. 34), “A educação é projeto, e, mais do que isto, encontro de projetos; encontro muitas vezes difícil, conflitante, angustiante mesmo; todavia altamente provocativo, desafiador, e, porque não dizer, prazeroso, realizador”.

Com essa compreensão sobre os significados de projeto, a primeira consideração que fazemos em relação ao caminho teórico metodológico da pesquisa empreendida, é assumirmos a terminologia Projeto Político Pedagógico, pois segundo Veiga (2010), este ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Ainda segundo Veiga (2010, p. 34), “[...] busca um rumo, uma direção. é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”.

A segunda consideração é de apontar algumas reflexões para contribuir com o processo de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino, tendo em vista os desdobramentos da homologação da Base Nacional Comum Curricular, se refere à importância de garantir a efetiva participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar.

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico é fruto dos estudos, concepções e reflexões dos diferentes segmentos da comunidade educativa constituindo-se assim como um espaço onde as vozes dos diferentes envolvidos nesse processo puderam manifestar suas experiências acumuladas. Por ser o Projeto Político Pedagógico um plano global da escola acreditamos que esse documento que é teórico-metodológico cria espaços de vivência democrática, envolvendo todos no processo e deve ser um instrumento de transformação da realidade.

Para Nilbo Nogueira (2005, p. 46),

a palavra **projeto** origina-se do latim *projectu*, significa lançado para diante e se refere a ideia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro: plano, intento, desígnio. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema. É **político** por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população, porque revela intencionalidade das opções e escolhas de caminhos na formação do cidadão, como sujeito ativo e transformador da sociedade em que vive. É **pedagógico** porque orienta o como fazer, definindo a forma de planejamento de currículo e atividades para a concretização dos objetivos educacionais, considerando a leitura da realidade e particularidades de cada comunidade escolar (grifos nossos).

O Projeto Político Pedagógico é então um instrumento teórico-prático, o plano global da instituição que possibilita o encaminhamento do seu fazer pedagógico. É de acordo com Gadotti & Barcellos (1993, p. 38), “um permanente processo de discussão das práticas, das preocupações (individuais e coletivas), dos obstáculos aos propósitos da escola e da educação e de seus pressupostos de atuação”.

Desta forma, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Ele é fruto da interação entre os objetivos e prioridades

estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade.

Ao retirar a palavra político da relação com o projeto pedagógico, retira-se também um aspecto fundamental dos objetivos presentes na construção da esfera administrativa e pedagógica das instituições, qual seja: a participação efetiva de todos e todas. Ora, isso por si só justifica o fato de “os Queridos Gestores” ter em mãos um documento construído “de gestor para gestor” e receberem a incumbência de tornar os professores aptos para o desenvolvimento de tal proposta pedagógica, que por sua vez, e não contraditoriamente, é uma **política** pública de educação. O caráter ideológico da BNCC paulatinamente se mostra, e nas suas entrelinhas e enunciados, revela as intenções objetivas em termos de espaços para a tão aclamada Gestão Democrática.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico, na definição apresentada por Libâneo, “[...] é a concretização do processo de planejamento [...] deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola [...] sintetiza os interesses, os desejos, as propostas dos educadores que trabalham na escola [...]” (2015, p.126-127). Antes de tudo, é um trabalho que exige participação e comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, estudantes, seus familiares e a comunidade como um todo.

Veiga (2010, p. 13) refere-se a este processo de reflexão do Projeto Político Pedagógico e reafirma que a sua (re)construção coletiva “[...] propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania”.

Corroborando com esta linha de pensamento, Fernandes e Pereira (*apud* Fernandes, 2015, p. 181) argumentam “[...] que a (re)construção coletiva do PPP, além de ser fator fundamental para que a escola desempenhe sua função social, que é, basicamente, proporcionar educação de qualidade, representa uma oportunidade de as comunidades escolar e local exercitarem a democracia.”

Acrescenta ainda Fernandes (2015, p, 188)

[...] a (re)construção do PPP é a **instituição das vontades da coletividade**, é o **ponto de partida para a efetivação da gestão democrática** e é também a oportunidade de as comunidades escolar e local atuarem nos conselhos escolares e se comprometerem com os objetivos da escola, de os pais participarem dos círculos de pais e mestres (CPM) e de os estudantes integrarem-se aos grêmios estudantis e exporem suas necessidades e perspectivas em relação aos processos de ensino e aprendizagem, atividades escolares, conflitos, dentre outros (grifos nossos).

Enfim, afirma Resende (*apud* Fernandes, 2015, p. 189) que:

Um projeto político pedagógico elaborado não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, **mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas** (grifos nossos).

Com estas afirmações pretendemos demarcar o espaço participativo e democrático das comunidades escolares como imprescindível para que o discurso do Ministro Mendonça Filho (2017), com o qual iniciamos este artigo, em que sinaliza que a BNCC representa “[...] o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros. (BRASIL, 2019, p. 5)”. Que as palavras do Ministro possam ecoar nas vozes sociais que constituem, as quais são, também, constituidoras do projeto político pedagógico que poderá “dar consciência do seu caminhar” como disse Fernandes (2015), às comunidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por subsídios que possam contribuir para o processo de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, tendo em vista os desdobramentos da homologação da Base Nacional Comum Curricular, nos levou neste artigo, a análise de documentos oficiais.

Fica evidente que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi produzida nos últimos cinco anos e homologada para toda a educação básica em 2018. No entanto, em termos de contexto, seu amparo legal, se manifestou a partir da Constituição Federal de 1988,

reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e pela Lei nº 13.005 que promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse contexto, a homologação da BNCC desencadeou um amplo processo de discussão, questionando as mudanças que este documento iria trazer para o cotidiano de todo o sistema educacional brasileiro, tendo em vista ser mandatório. Respalhada pela Portaria nº 1.570, de 21/12/2017, o processo de implementação da BNCC ganha força e serve de subsídio para as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares tenham uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas, embora a participação efetiva das comunidades escolares em sua elaboração, seja tema de debate e tensão entre pesquisadores no país.

É fundamental que se tenha presente, que além da Comissão Interinstitucional designada pelo Ministério da Educação, com representantes de universidades, também foram estabelecidas parcerias com grupos de instituições privadas. Neste sentido, o Movimento pela Base, foi o grupo não governamental que exerceu maior influência.

A investigação do discurso pedagógico constituído na Base Nacional Comum Curricular e no “Guia para gestores: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos” produzido pelo Movimento pela Base, nos permitiu formular muito mais indagações do que responder perguntas ou elaborar conclusões.

A análise da concepção de planejamento presente no “Guia para gestores: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos”, documento produzido pelo “Movimento Pela Base”, evidencia similaridades com o planejamento estratégico. Ao confrontarmos a estrutura das etapas sugeridas pelo guia com os elementos do planejamento estratégico de acordo com Silva (2005) e Parente Filho (2003).

Como indica a análise proposta, que coerente com a concepção de planejamento estratégico, a análise dos usos e sentidos da utilização da terminologia “Proposta Pedagógica” na Base Nacional Comum Curricular (2018), confrontado ao termo “Projeto Político Pedagógico”, encontramos várias terminologias empregadas com o mesmo sentido: Projeto Pedagógico, Propostas Curriculares e Propostas Pedagógicas. Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar a importância da leitura cuidadosa e reflexiva da BNCC, no sentido de identificar

algumas possíveis “armadilhas” sígnicas, ao excluir determinados termos que conceitualmente são, profundamente, significativos para as ações pedagógicas no interior das instituições educacionais.

Finalizamos apontando algumas considerações necessárias para a avaliação e reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino, considerando a necessidade de construção coletiva dos documentos para estes diferentes espaços de educação.

Da mesma forma, para compreender os usos e sentidos da terminologia utilizada na Base Nacional Comum Curricular: Proposta Pedagógica, optamos pelo termo “Projeto Político Pedagógico”. Nesta pesquisa, entende-se o Projeto Político Pedagógico como planejamento que deve ser elaborado, avaliado e reelaborado coletivamente pelas comunidades escolar e local. Cabe destacar que a participação da comunidade escolar, principalmente dos professores e das professoras, é fator preponderante para o sucesso do projeto porque, ao somarem-se as ideias, a tendência de acertos amplia-se, mesmo porque, o que dará sentido ao processo político do projeto é justamente a participação ativa e responsável (responsiva, diria Bakhtin, 1997) de seus integrantes, com exercício contínuo de sua cidadania.

Dessa forma, acredita-se que a participação coletiva na reelaboração do PPP, como encaminha a Base Nacional Comum Curricular, seja capaz de viabilizar a gestão democrática e participativa nas escolas públicas. Convém refletir: se a maioria dos professores e das professoras não participam do processo de elaboração e reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, então o que almejar dos demais integrantes da comunidade escolar: estudantes, pais, funcionários e da comunidade local? (FERNANDES, 2015).

Diante disso, os professoras e professores precisam assumir-se como sujeitos desse processo de (re)elaboração permanente. Por esse motivo, é necessário apontar para o cuidado necessário nas instituições de ensino, para que a formação de professoras e professores para BNCC ou quaisquer propostas educacionais, seja efetivamente um modo de produzir vozes sociais que efetivamente participem de forma decisória para os PPPs e não apenas ocupem

espaços de formação com intuito de realizar projetos elaborados fora do contexto e das realizações necessárias às comunidades.

Precisa-se que políticas de educação sejam elaboradas de “professores para professores”, “gestores para gestores” mas, também de gestores/professoras e professores/famílias/alunos/crianças... É premente que todas as instâncias estejam presentes e sejam reconhecidas como autoras das propostas e não apenas como executoras. Enquanto, o diálogo for entre pares “gestores para gestores” não há a menor possibilidade de termos a gestão democrática e participativa como carro-chefe dos documentos que ditam a educação no país.

A pesquisa empreendida aponta para a necessidade da realização de um trabalho árduo para que se possa fazer um PPP, realmente participativo e que, de fato, seja um instrumento norteador dos caminhos a serem trilhados pela escola na busca por uma educação de qualidade. Evidencia-se, portanto, a imperativa necessidade de se potencializar a participação da comunidade escolar nas decisões que definam os rumos da educação, para que haja uma quebra de paradigma ao concretizar a gestão democrática e participativa na escola.

Nesta mesma linha de pensamento, Fernandes (2015, p, 189) corrobora

É preciso “virar o jogo”, é preciso ação planejada, comprometimento, mobilização coletiva, iniciativa e criatividade para que se exercite a democracia na elaboração do Projeto **Político** Pedagógico e, conseqüentemente, influencie positivamente o desenvolvimento das atividades educacionais no dia a dia da escola. Por fim, faz-se necessário expor que este texto não pretende determinar fatalismos, mas sim apresentar a realidade no que tange à efetiva participação dos professores na reelaboração do PPP.

Consideramos finalmente que este debate está apenas iniciando, é de suma importância de que neste espaço legitimado de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, todos os sujeitos do cotidiano escolar se comprometam em modificar o curso da história da educação brasileira. Eis nosso grande desafio!

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 6, nº2, maio/agosto 2022.– Curso de Pedagogia– UNESC

tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Revista de Economía e Sociología Rural*, Brasília, v.51, n.4, p. 745-764, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BARCELLOS, Eronita. GADOTTI, Moacir. **A escola também é conteúdo.** *Contexto e Educação*. Ijuí: Universidade de Ijuí, n.18, p. 37-42, set. 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular:** educação é a base. [201-?] Disponível em basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federativa da República do Brasil de 1988.** Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 9.394/96.** Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 1.570.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173147412/dou-secao-1-21-12-2017-p-146>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

BAKHTIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 13. Ed. São Paulo:Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Michael. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 7 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BARREIRO, Débora. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** sujeitos, movimento e ações políticas. 38, reunião da ANPED. GT12 Currículo – trabalho 272, 1 a 5 de outubro de 2017. UFMA São Luiz /MA.

CARIELLO, Lisia. **A disputa por hegemonia na educação brasileira:** o Movimento pela Base Nacional Comum. In. ANPUH-Brasil – 30, Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564583858_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdfAcesso em 24 de janeiro de 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas:** uma abordagem contingencial. 5. ed. São Paulo: Makron Books. 1994.

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. **A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios.** *Colóquio Luso-Brasileiro de Educação – COLBEDUCA*, Florianópolis, v. 3, p. 2-12, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/12979/8307>. Acesso em 18 jan. 2020.

CRESWEL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

FERNANDES, Sérgio Brasil. **(Re)construção do projeto político-pedagógico: sob enfoque, a participação dos professores.** *Revista de Ciências da Educação*, UNISAL, Americana, SP, ano XVII, n. 32, p. 179-191, jun. 2015. Disponível em: <http://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/395/315>. Acesso em 20 jan. 2020.

FRANCO, Luiz Gustavo; ALMEIDA, Rafael Alves Ferreira; CAPPELLE, Vanessa. **Práticas investigativas em documentos curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental: uma análise da primeira proposta de uma base nacional comum curricular.** *Revista da SBEnBio*, n.9, p. 1193-1204, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314246457_Praticas_investigativas_em_documento_s_curriculares_para_os_anos_iniciais_do_ensino_fundamental_uma_analise_da_primeira_proposta_de_uma_base_nacional_comum_curricular. Acesso em 12 jan. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO PELA BASE. **Guia para gestores escolares: orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos,** 2013. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl_5df923f8969f1.pdf. Acesso em 27 jan. 2020.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia de projetos: etapas, papéis e atores.** São Paulo: Erica, 2005.

PARENTE FILHO, José. **Planejamento Estratégico na educação.** Brasília: Plano, 2003.
SILVA, Elisângela Alves da. **Possibilidades e limites da aplicação do planejamento estratégico à educação: uma análise a partir da escola.** 2005. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2732--Int.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.



SABERES PEDAGÓGICOS

Revista do Curso de Graduação de Pedagogia - Unesc
ISSN 2526-4559



Unesc
Unidade Acadêmica
de Humanidades
Criciúma - Brasil



VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento**: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 28. ed. Campinas: Papirus, 2010.